

**O CONTINUUM DAS GRAMÁTICAS:
UM TRAJETO DA MENTE DO OUTRO À PRÓPRIA**

André Luiz Ming García (USP)
andrelnar@gmail.com

RESUMO

Apesar da existência de um sem-número de textos dedicados ao tema, a definição do que viria a significar “gramática” mantém-se pouco clara, e inclusive confusa, em grande parte da literatura específica. Isso se observa, à guisa de exemplo, em confusões terminológicas e conceituais entre elementos propriamente linguísticos e outros de ordem vária, do âmbito da ação política, entre outros. Deste modo, o objetivo do presente trabalho consiste, a partir de uma revisão da literatura disponível acerca dos conceitos de “gramática”, na apresentação de uma proposta triádica de definição do termo sob a forma de um *continuum* de instâncias, da gramática internalizada pelos falantes de uma língua natural àquela aprendida por um estudante de língua estrangeira a partir da pedagogização de modelos científicos descritivos. Espera-se que as reflexões aqui contidas possam constituir uma pequena fonte de auxílio e informação para o desenvolvimento de pesquisas acerca de ensino de gramática de línguas estrangeiras e, eventualmente, também de línguas maternas.

Palavras-chave:

Gramática. Ensino de gramática. Linguística teórica. Linguística aplicada

1. Introdução

As muitas tentativas de definição por parte de diversos autores do que venha a significar “gramática” são frequentemente díspares, ainda que uníssonas ao sublinhar a dificuldade que lhes é inerente e a polissemia do vocábulo em questão. Não há uma só gramática, senão muitas, em uso na linguagem corrente e no jargão linguístico. A disparidade das tentativas de definição do que viria a significar gramática depende, sobretudo, do ângulo a partir do qual o analista se debruça sobre o tema, mas se vê também perigosamente influenciada por valores que se atribuem a alguns dos diferentes sentidos do termo. Apesar de inexistir consenso quanto ao assunto, supõe-se, não sem frequência, que a origem da palavra inglesa “*glamour*” resida precisamente no vocábulo “*grammar*”, de origem grega e equivalente ao português “gramática”. Na Grã-Bretanha medieval, “*grammar*” referir-se-ia, de modo geral, a estudos formais, baseados em acesso e fruição de escrituras, privilégio este de uma pequena elite letrada à qual se atribuíam os poderes de um saber oculto e, por sua vez, misterioso. Na contemporaneidade, os primeiros contatos com no-

ções acerca de gramática se dão na infância, em idade escolar. Como amplamente observável na experiência quotidiana, é comum a associação de “gramática” a algo obscuro, confuso, desinteressante. E, como uma impressão que talvez tenha persistido num *continuum* desde pelo menos a Idade Média, misterioso.

Uma verificação dos diferentes sentidos do termo porá em evidência a ironia dessas observações. Entre os muitos significados atribuídos ao vocábulo nos seios de diferentes correntes teóricas e de pensamento, evidencia-se um ponto de intersecção entre eles: de modo constante, corresponderiam *a priori* à gramática ou às gramáticas noções tais como ordem, normas, conjunto de regras, sistema. Restaria, porém, verificar os demais semas componentes das diversas definições de “gramática”. O mais essencial é, sem lugar a dúvida, “linguagem”. Trata-se, pois, de conjuntos de regras ordenadores de sistemas de linguagens, dentre os quais destacam-se evidentemente as línguas naturais. Das linguagens sabe-se que intentos de dissociá-las do próprio pensamento são conceitualmente controversos e não funcionam a contento senão como pretextos de ilustração de vieses teóricos. O pensamento se dá através das diversas linguagens (verbal, visual, ...), por meio delas, nelas sustentado. Os níveis de conexão entre pensamento e linguagem verbal variam, entretanto, nas diferentes escolas e abordagens do tema, e Reicher (2007, p. 29) menciona dois posicionamentos extremos a respeito dessa relação encontrados no seio da filosofia da linguagem: de um lado, encontram-se aqueles que encaram o pensamento como sendo independente da linguagem, crendo que "*wir können jede Art von Gedanken haben, ohne uns Wörter oder andere Sprachzeichen vorzustellen*"²¹. De outro, prossegue a autora, encontram-se os que não concebem a ocorrência de pensamento "*ohne Sprache*"²². Para Humboldt (LEROY, 1967), a título de exemplo, a linguagem seria o órgão criador do próprio pensamento. Atente-se para o fato de que, na versão original alemã, contida no texto humboldtiano *Von der Sprache überhaupt*, o autor emprega o termo *Sprache*, de tradução portuguesa bivalente, equivalendo para nós ora a “língua”, ora a “linguagem”. Para Charles Sanders Peirce, pai da Semiótica triádica de origem estadunidense, nenhum fenômeno, de qualquer espécie, poderia ser imaginado senão como signo. O pensamento dar-se-ia, como tudo, através da

²¹ Podemos ter qualquer tipo de pensamento sem recorrer a palavras ou outros signos linguísticos (as traduções do Alemão são minhas).

²² sem linguagem

ação dos signos ou semiose, signos estes não necessariamente de natureza verbal.

Fazem-se observar, ainda, propostas intermediárias como a de John Locke, para quem a linguagem pode ter uma influência formadora do pensamento, e a de Vygotsky (2001), ao promulgar que linguagem e pensamento estariam profundamente inter-relacionados, num constante intercâmbio de recursos. Bloomfield (1914, p. 56) proclama que

we cannot conceive of the human mind without speech. The development of language, accordingly, must have advanced in inseparable connection with that of the mental powers generally. To demonstrate in detail the role of language in our mental processes would be to outline the facts of psychology. We are here concerned, of course, only with those mental processes which most immediately underlie the use of language.

O linguista reconhece, assim, a existência de esferas da arqueologia do pensamento de ordem averbal ou, talvez, pré-verbal, alheias, portanto, ao escopo da Linguística. Seja como for, não deveria causar estranhamento o fato de que o pensamento desordenado, como se verifica quando da manifestação de certos transtornos mentais de acentuada gravidade, como a esquizofrenia, reflita-se amiúde por meio de linguagem analogamente desregrada, como no caso de certas esquizofasias claramente agramaticais. Com efeito, ao discutirem-se os sentidos de “gramática”, faz-se imperioso recorrer, em primeiro lugar, à instância do pensamento. Ainda que linguagem verbal e pensamento não sejam sinônimos, a linha que os divide é tênue, imprecisa, indefinida e nebulosa. Deduz-se, assim, que igualmente estreita é a relação entre o sistema de regras que rege o funcionamento da língua e os mecanismos de funcionamento do próprio pensar.

Desta feita pretendo expor um panorama de algumas das principais definições de gramática ensaiadas por estudiosos do gênero, de modo a realçar manifestamente as que mais se aplicam aos propósitos deste trabalho. Estabeleço, a seguir, um diálogo entre elas que culmina numa proposta tripartite de um *continuum* de significados interdependentes para o termo. O fio condutor e eixo base desse diálogo será o modelo do linguista Gerhard Helbig (1993), com frequência citado em textos de ampla aplicação em cursos de formação de professores de alemão como língua estrangeira e segunda língua, a exemplo de Funk & Koenig (1991) e Spannake & Bogacz-Groß (2008). Helbig distingue três acepções principais para o termo em questão, das quais nos ocuparemos por etapas.

2. As gramáticas

À primeira (acepção A) corresponderia *das der Sprache innewohnende Regelsystem, unabhängig von dessen Beschreibung durch die Linguisten und von dessen Beherrschung durch die Sprecher*"²³ (1993, p. 21).

De encontro ao anteriormente exposto, é preciso sublinhar o fato de que um sistema de regras intrínseco à língua será concebível tão somente enquanto fenômeno de realização mental e índole psíquico-afetiva, lógica e social (COSERIU, 1986), tal qual a própria língua. Saussure (1970) salientava em seu *Cours* que o signo linguístico se compõe de um sentido indissociável de uma imagem acústica, sendo ambos de ordem notoriamente psíquica. A língua (*langue*), construto social, convencional, estaria depositada nos cérebros de seus falantes, que a utilizariam para expressar-se através dos atos de fala (*parole*), sem, contudo, disporem da possibilidade de modificá-la individualmente. Não obstante, o caráter vivo e mutável da língua deixa-se entrever a partir da comunicação entre seus falantes nela assentada. A extinção de uma língua coincide com a morte de seu último falante (ou seu abandono por parte de uma comunidade linguística que venha a adotar outra língua, *Ibidem*). Nesse evento, parece óbvio, extinguem-se suas mutações, deixando lugar apenas a, no caso de culturas em que se faz uso da escrita, registros do último estágio evolutivo da língua outrora viva. Sendo a linguagem "da partilha social, um meio de conversação e de compreensão" (VYGOTSKY, 2001, p. 27), a língua é um traço humano da categoria das funções sociais (COSERIU, *Ibidem*), que depende, portanto, de seus falantes, e por eles, através dos atos linguísticos, é (re)moldada em perspectiva diacrônica, diatópica, diastrática etc. Destarte, ao tratar-se de línguas maternas, devo adaptar, para os propósitos deste trabalho, a definição de Helbig. A gramática consiste num sistema de regras inerente à língua que, como tal, depende de seus falantes – seus coautores, membros de uma coletividade, desprovidos, contudo, da capacidade de modificá-la por iniciativa individual. A língua é externa ao sujeito individual enquanto uma "espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade" (*op. cit.*, p. 22), mas não independe de seus falantes e não se justifica nem observa em sua ausência *a priori* ou *a posteriori*, como no caso supramencionado de sua even-

²³ O sistema de regras inerente à língua, independente de sua descrição por parte de lingüistas e de seu domínio pelos seus falantes.

tual desapareção. Nas palavras de Leech *et al.* (1982, p. 51),

the mechanism according to which language works when it is used to communicate with other people. We cannot see this mechanism concretely because it is represented rather abstractly in the human mind. One way of describing this mechanism is a set of rules which allow us to put words together in certain ways, but which do not allow others.

Pelo seu domínio natural desses mecanismos, os falantes de uma língua podem-se considerar todos gramáticos em primeira instância. Assim como os signos, as normas determinantes de suas combinações geradoras de sentido estão depositadas nos cérebros de todos os falantes de uma língua, e cada um deles se encontra em condições de identificar instantaneamente infrações a essas regras que comprometam a expressão de sentido. Helbig cita como exemplos de frases malformadas em Alemão "Er treffe jeden Tag seinen Freund" (incorreta no âmbito morfológico), "Er besucht jeden Tag" (sintaticamente inaceitável) e "Peter stirbt manchmal"²⁴ (inviável do ponto de vista semântico). Nos três casos, um falante nativo dessa língua identificaria instantaneamente os desarranjos sistêmicos pronunciados nessas sentenças, o que vai de encontro à identificação, por parte de Chomsky (2002), de sentenças gramaticais (em oposição às agramaticais) como sendo aquelas aceitáveis por um falante nativo, dotado de um conhecimento implícito sobre o que constitui a língua materna e como ela funciona. Perini (2001, p. 13) descreve esse conhecimento implícito como sendo "altamente elaborado" e "perfeitamente adequado", mesmo quando os falantes não sejam capazes de explicitá-lo, tendo sido adquirido de forma "natural e espontânea". Essas noções se entrelaçam a um par de conceitos de origem chomskiana, resumidos por Chapman & Routledge (2009, p. 1) como segue:

Acceptability is the extent to which a sentence allowed by the rules to be grammatical is considered permissible by speakers and hearer; grammaticality is the extent to which a 'string' of language conforms with a set of given rules. It is assumed that a native speaker's grammar generates grammatical strings and that the speaker has the ability to judge a certain string to be either acceptable or not in her language. In practice, the two notions are frequently confounded and speakers are typically asked to give their 'grammaticality judgements' instead of 'acceptability judgements'.

Evidentemente, as regras determinantes da referida aceitação (ou não) de sentenças por parte de falantes nativos não serão uniformes den-

²⁴ Algo como "Ele *encontra* diariamente seu amigo", "ele visita diariamente" e "Peter morre às vezes".

tro daquilo que se delimita como compreendendo "uma língua", seja o critério de delimitação científico ou político. As regras variam assim como o fazem as diversas vertentes de uma mesma língua, definidas por questões topográficas (variantes diatópicas ou dialetos), sociais (variantes diastráticas), de registros (variantes diafásicas) e, de especial interesse para a filologia, pelo passar das diferentes eras (variantes diacrônicas). Deste modo, a gramática "internalizada" pelo falante (expressão contida nas análises de diversos teóricos, entre eles Germain & Seguin, 1998; Odlin, 1994; Possenti, 1996; Perini, 2000 e, com o mesmo sentido, como "gramática explícita" em Costa, 1996 e Tavaglia, 2001) de uma variedade linguística não corresponderá necessariamente à de outro em todos os seus detalhes. Vai de encontro a estas observações a caracterização da língua, por Coseriu (1986, p. 12), como "*un sistema de isoglosas*" e, por Cunha e Cintra (1985), como um diassistema, um conjunto de sistemas linguísticos que, como observava Bakhtin (2006, p. 93), "apresenta-se como uma corrente evolutiva ininterrupta".

A acima transcrita acepção A atribuída por Helbig ao termo "gramática" implica, ainda que ao excluí-la, a possibilidade do exercício metalinguístico. O sistema de regras ordenador da linguagem não depende de sua descrição por parte dos linguistas, mas essa atividade existe desde a Antiguidade e, desde então, resulta em diferentes modelos teóricos dedicados à descrição de tal sistema. Cada um desses modelos também se denomina gramática. Tem-se, assim, a gramática tradicional, a gramática de valências, a gramática gerativa, entre diversas outras. À gramática compreendida como atividade metalinguística se dedica a segunda acepção de Helbig (B), que se refere a "*die Abbildung des der Sprache innewohnenden Regelsystems durch die Linguistik*"²⁵. Alguns autores preferem referir-se ao estudo teórico e científico (acepção B de Helbig) da gramática (A) como teoria gramatical (MOURA *et alii*, 2010) ou, com maior ocorrência, gramatologia, termos alternativos que possibilitam uma solução à ambiguidade terminológica profundamente enraizada na maior parte das referências ao semema B de "gramática". Todavia não pretendo adotar neste texto, apesar desta menção documentativa, nenhum desses termos, uma vez que abstém de fazê-lo a maior parte dos autores com cujos escritos dialogo neste artigo e pelo fato de o contexto, em geral, dar conta de evidenciar a qual concepção de "gramática" está-se a fazer referência.

²⁵ A representação do sistema de regras inerente à língua por parte da Linguística.

Ainda no âmbito desta acepção, a de gramática como disciplina científica, "ocupada, como as demais (...), em estudar um aspecto do mundo, a saber, a estrutura e o funcionamento das línguas" (PERINI, 2000, p. 78), faz-se notar que a pluralidade de modelos teóricos dedicados a descrever e analisar a gramática internalizada pelos falantes das línguas ou variantes linguísticas atende, a princípio, a diferentes perspectivas de análise correspondentes, por sua vez, a interesses distintos (HUFFEISEN & NEUNER, 1999) e pode render benefícios específicos quando aplicada à persecução de objetivos concretos como, à guisa de exemplo, no processo de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. Outrossim, parecem derivar do contexto do ensino/aprendizagem formal de língua materna as anteriormente mencionadas impressões negativas comumente difundidas entre estudantes em fase escolar (e entre ex-estudantes) acerca do que é provável que eles entendam por gramática. Isso está relacionado a um tema que deriva de uma distinção vária vez estabelecida por estudiosos da área (POSSENTI, 1996; CRYSTAL, 2000; TAVAGLIA, 2001; FARACO & MOURA, 1998) entre o que denominam *gramática descritiva* e *gramática normativa* (em Roulet, 1972, consoaria *grosso modo* com a noção de gramática descritiva o que o autor nomeia *gramática estrutural*). A primeira corresponde aos estudos descritivos e científicos da suprarreferida gramática internalizada pelos falantes nativos de uma dada língua natural, a partir de uma motivação de índole investigadora que, como tal, descarta a submissão de seu objeto de estudo à aplicação de quaisquer juízos de valor. Ao aplicar um método específico de análise do fenômeno gramatical em acepção A, cabe ao linguista identificar em seu *corpus*, registro de amostras de fala ou escrita de falantes nativos de uma língua, um conjunto de regras que espelhe seu funcionamento sistêmico de acordo com a ótica observadora por ele adotada. A segunda, por sua vez, é de caráter prescritivo e visa ao registro, em manuais ou compêndios também denominados gramáticas, do que durante séculos compreendeu-se em unísono como sendo as intocáveis normas do bem falar e bem escrever, equivalentes aos traços peculiares do modo de falar das classes superiores (CÂMARA Jr., 1986) – e dominantes – de uma dada sociedade. Em concordância com essa perspectiva, formas outras de expressão verbal, identificadas com membros de classes sociais menos abastadas, assim como variantes diatópicas oriundas de regiões outras senão aquelas donde advém o falar da classe dominante, seriam consideradas desvios de um padrão linguístico aceitável: a norma culta.

Há-se de relevar que a gramática normativa prescreve um amplo

espectro de regras cujo acolhimento é considerado, ainda que extraoficialmente, obrigatório quando da escritura, por exemplo, de tratados linguísticos de qualquer feitio, inclusive os que versam sobre formas coloquiais da linguagem, ou a redação do presente trabalho acadêmico. A gramática normativa já não prescreve tão-somente uma suposta linguagem dos escritores e poetas, mas um registro linguístico próprio de uma escrita culta ideal. Como estudo linguístico carece, pois, de neutralidade. Desconsidera a fala espontânea, a constante mutabilidade da língua através da realização de atos de fala individuais, as variações linguísticas. Não investiga a origem nem os desdobramentos possíveis do fenômeno sobre o qual se debruça. Estas observações procedem, mas procede também salientar a distinção entre gramática e linguística, de que trataremos mais adiante. E, ainda, entre os tipos e propósitos das gramáticas. O erro reside, como nos lembra Bechara (1998), em endossar a visão da variante descrita pela gramática normativa como opção exclusiva (e, adicionalmente, impraticável) de uso da língua, como a própria língua em sua totalidade histórica. É assim que Neves (2002, p. 231), Possenti (1996), Mattoso Câmara Jr. (1986) e Tavaglia (2001) defendem o ensino da gramática normativa como forma de ofertar ao aluno também o conhecimento da variedade culta (e escrita) da língua e a capacidade de adequação a contextos e situações dele advinda que lhe permitam "ocupar posições na sociedade", pelo prestígio – papel social e indiscutível condição de veículo de parte considerável da produção cultural associados à norma culta da língua.

À diferença, pois, da atividade metalinguística "neutra" surgida a partir do advento do estruturalismo europeu e americano, note-se que a normatização de uma descrição gramatical está calçada num contexto ideológico maior que, como tal, oculta do homem a realidade social em que se insere, caracterizada por relações de dominação e exploração (CHAUÍ, 2004). O desejo sub-reptício de conservação de um *status quo* sociocultural através da transmissão de saberes e costumes tradicionais a gerações futuras permeou o estudo e o ensino de gramática com exclusividade até meados do século XX, e seus traços se alastram até a atualidade em salas de aula. E é nessas salas de aula que estudantes se deparam formalmente com a imposição de formas (descritas) baseadas em normativas regentes de uma variedade linguística alheia à sua e com complexa terminologia que assinala o recorte de formas linguísticas raras e de utilidade questionável, sem maiores explicações acerca das relações entre língua e estruturas sociais, variedade de registros e a necessidade ou não

de conhecê-los e dominá-los. Atravessado esse processo, em geral, esses ex-alunos, leigos em linguística, tendem a relacionar "gramática" a *gramática normativa* (STEINING & HUNEKE, 2007) e, de modo ainda mais preocupante, o fenômeno "língua" a "uma gramática" (PÉREZ, 1993) – a essa gramática que se lhes apresenta como exclusiva.

Seja como for, a gramática descrita em livros não corresponde inicialmente àquela que se desenvolve nos cérebros dos falantes de uma língua. Steining & Huneke denominam externa a gramática elaborada por um linguista, e interna aquela,

die z.B. ein Deutsch-als-Fremdsprache-Lerner oder – ganz allgemein – jeder Mensch als kleines Kind in seinem sprachlichen Wissen und Können nach und nach weitgehend unbewusst aufbaut. Ohne diese interne Grammatik können wir keine korrekten Äußerungen produzieren" (2007, p. 154)²⁶.

Num primeiro momento, a gramática interna, assim como definida pelos autores, pareceria corresponder à acepção A de "gramática" de Helbig, e seu reflexo, a gramática externa, à acepção B. Entretanto, a delimitação de um terceiro semema para "gramática", por parte do linguista alemão (acepção C), suscita dúvidas quanto à univocidade de sua primeira acepção. Verifique-se: "*Grammatik C: das dem Sprecher interiorisierte Regelsystem (seine "subjektive Grammatik"), auf Grund dessen dieser die betreffende Sprache beherrscht*" (1993, p. 21)²⁷. A dualidade *gramática interna/gramática externa* de Steining & Huneke dá lugar, em Helbig, a uma tríade conceitual, onde tanto a noção A quanto a C ocupam-se da língua como fenômeno necessariamente mental. Entrementes, uma tentativa de apartar a gramática enquanto sistema de regras de seus falantes, o que passaria a supor a acepção helbiguiana A, em oposição ao recém-apresentado significado C, não pode ser-nos de serventia senão em contextos puramente teóricos e, ainda nesses, vejo-me muito pouco compelido a endossá-lo. Funk & Koenig, ao parafrasear este último recorte de gramática por parte de Helbig, transpõem-no como *das Regelsystem, das sich Sprachlerner im Sprachunterricht systematisch aneignen oder ohne Sprachunterricht unsystematisch erwerben. Diese Definition meint*

²⁶ que, por exemplo, um aprendiz de Alemão como língua estrangeira, ou – de modo geral – qualquer indivíduo, quando criança pequena, pouco a pouco constrói inconscientemente a partir de seu conhecimento e capacidade linguísticos. Sem esta gramática internalizada, não se podem construir enunciados corretos.

²⁷ Gramática C: o sistema de regras interiorizado pelo falante (sua "gramática subjetiva"), em cuja base ele domina a língua em questão.

die 'Grammatik im Kopf'²⁸ (1991, p. 12).

Alguns questionamentos:

- até que ponto pode-se considerar a gramática um sistema de regras intrínseco à língua e independente de seu domínio por parte de seus falantes? Sem o supracitado domínio, de que modo poder-se-ia justificar a existência mesma de tal sistema?
- que nível de precisão terminológica podem oferecer escolhas verbais da sorte de "Grammatik im Kopf"²⁹? Em que instância a gramática consistiria em fenômeno não mental? Onde se sustenta a existência desse sistema de regras senão, como anteriormente promulgado, depositado nas mentes dos falantes de uma língua?
- em que consistiria exatamente a interiorização da "gramática subjetiva" depositada na mente de um falante, graças à qual possa este último dominar a língua? Referir-se-ia Helbig à gramática adquirida de modo assistemático e espontâneo quando da aquisição das línguas maternas (e, em eventuais ocorrências, de aspectos de segundas línguas e – não sem maiores discussões – das línguas estrangeiras?). Ou do processo de apropriação sistemática de um sistema linguístico não materno sustentado pelo estímulo à condução de processos cognitivos através do emprego de estratégias de ensino? Estaria incluído, ali, o estudo da gramática da língua materna em contexto escolar (*Schulgrammatik*³⁰) e a dele advinda interiorização de normas gramaticais eventualmente não integrantes do "falar materno", espontâneo do aprendiz, correspondente à sua própria variante linguística e, ainda, ao seu idioleto?

Clara está, a despeito das dúvidas que suscita, a relevância do sublinhado teórico de um terceiro significado para "gramática", e considero o esboço de Helbig um ponto de partida propício, ainda que não sem adaptações, para a elaboração de uma definição que enfatize o fenômeno do que Besse & Porquier (1984) denominam "gramática de aprendizagem", condizente àquela que é "construída" pelo próprio aluno quando

²⁸ O sistema de regras do qual estudantes de línguas apropriam-se sistematicamente ou que adquirem de modo não sistemático, sem aulas formais. Esta definição se refere à "gramática na mente".

²⁹ "gramática na mente" ou, literalmente, "na cabeça".

³⁰ "gramática escolar".

confrontado com uma gramática pedagógica que, de acordo com o pensamento de Vygótsky (2001) acerca dos benefícios do aprendizado consciente da gramática no contexto da língua materna, perfeitamente aplicável ao contexto da aprendizagem de línguas estrangeiras, favorece o próprio desenvolvimento cognitivo do aluno.

Os autores documentam duas correntes distintas de exegese desse fenômeno, condizentes, *grosso modo*, com a dicotomia aquisição/aprendizagem de Krashen (1981). Trata-se, de todos os modos, da consideração do processo de aprendizagem de uma descrição gramatical, incluídos os seus resultados. Entre eles, a representação implícita ou explícita do conjunto de regras que regem o funcionamento da língua e a formulação de enunciados e seu funcionamento na mente do aprendiz (JUNG, 1993).

Julgo preciso, por conseguinte, proceder a uma fissão do terceiro semema de "gramática" apresentado por Helbig, de tal modo que referências à interiorização intuitiva desse sistema de regras por parte dos falantes nativos de uma língua natural quando de sua aquisição e, eventualmente, por parte de falantes não nativos de segundas línguas ou línguas estrangeiras que venham a apropriar-se de aspectos delas de forma inconsciente, distanciem-se daquilo que se compreende como a aprendizagem sistemática e consciente das gramáticas das línguas maternas e não maternas a partir da didatização de modelos gramaticais teóricos. Não obstante, ambas as acepções pertencem ao âmbito interno da gramática, subdividido, por sua vez, em um espectro de cunho, em sua origem, inconsciente, e em outro modelado, de forma consciente, num processo de aprendizado formal.

Em assim sendo, com vistas à adaptação das reflexões aqui expostas para os propósitos dos estudos acerca da aprendizagem formal de gramática de línguas estrangeiras, proponho um modelo em que se estabelece um contínuo entre três acepções principais de gramática:

1. Gramática *a priori* ou gramática propriamente dita: um sistema limitado de regras interiorizado pelos falantes nativos de uma língua natural de modo concomitante e não mais que teoricamente indissociável do processo mesmo de aquisição da língua materna como um todo, que lhes possibilita a comunicação através da elaboração de infinitas sentenças nessa língua (CHOMSKY, 2002).

Propriedades: não consciente *a priori*, do âmbito interno, de caráter implícito, de aprendizagem assistemática, pré-requisito para a exis-

tência de todas as demais acepções, de índole coletiva, da ordem do "saber a língua";

2. Gramáticas científicas, linguísticas ou descrições gramaticais: modelos teóricos resultantes das atividades metalinguísticas descritivas desse sistema, de contorno científico e passíveis de transmissão a estudantes de língua materna bem como de línguas não maternas.

Propriedades: da ordem da consciência, de âmbito externo, de caráter explícito e explicitável, trabalho sistemático (científico), dependente da acepção 1 e determinante da 3, de elaboração individual e difusão na coletividade, da ordem do "saber sobre a língua";

3. Gramática formalmente adquirida, de apropriação consciente ou "do aluno": o registro das regras próprias de (1) transmitidas sob o prisma do(s) modelo(s) teórico(s) estudado(s) (2) na mente dos aprendizes. Este registro constitui o objetivo último e o resultado da atividade pedagógica própria do processo de ensino e aprendizado de línguas para adultos, com vistas a facilitar aos estudantes de língua estrangeira a formação de sentenças com propósito comunicativo na língua do outro e, aos estudantes de língua materna, por sua vez, a análise de sua própria variedade linguística com finalidades múltiplas e/ou o domínio de um registro linguístico culto requerido em diversas esferas do convívio social. Em outras palavras, trata-se do desenvolvimento de competência gramatical por parte dos aprendizes.

Propriedades: da ordem da consciência, de âmbito interno, de caráter explícito e/ou implícito, trabalho sistemático (a partir da recepção de modelos científicos), dependente das acepções 1 e 2, de índole individual, entre o "saber sobre a língua" e o "saber sobre a língua".

Repetida menção encontra-se ainda, na literatura especializada, ao conceito há pouco anunciado de gramáticas didáticas ou pedagógicas (que se pode inserir como ponte entre as acepções 2 e 3, idealmente como 2a), acerca das quais assevera Fliegner (1986, p. 12) que *“sie sollen die maßgebenden Grundbegriffe der Grammatik möglichst für jeden Benutzer einer Sprache so verständlich erklären, dass er sie leicht auf alle*

Texte anwenden kann"³¹. Nas palavras de Krenn (2001, p. 82), nos últimos anos

*hat sich die Forderung [nach einer 'pädagogischen' oder 'didaktischen' Grammatik für den Unterricht Deutsch als Fremdsprache] darauf beschränkt, die Anschaulichkeit und Lernwirksamkeit der Grammatikdarstellung in den Lehrwerken zu verbessern, wobei dieser Bereich wieder an Umfang und Bedeutung zugenommen hat.*³²

Por vezes, o conceito de gramática pedagógica (ou didática) é lançado por autores em oposição ao de gramática científica (NICKEL, 1993) ou gramática linguística (GNUTZMANN, 2001). Note-se, porém, que uma gramática didática ou pedagógica inexistente senão como fruto de uma adaptação intencional e sistemática de modelos teóricos de descrição gramatical desenvolvidos por linguistas, sem que tal adaptação implique em perda necessária de rigor científico. Ao contrário, ela exige o emprego consequente e dialógico de advenimentos oriundos de não poucas disciplinas, da estirpe da Psicologia, das Ciências da Educação, da Sociologia e, fato não tão frequentemente reconhecido, da Semiótica, quando se pretenda enquadrar de modo consciente a pluralidade de linguagens envolvida nos processos de didatização de fenômenos linguísticos (exemplos não exaustivos). As gramáticas "linguísticas" e, por consequência, científicas, distinguem-se das pedagógicas enquanto persecutoras do máximo aprofundamento possível na descrição de fenômenos linguísticos observáveis à luz de ampla gama de enfoques, desprovidas de motivação de perfil instrumental, pedagogizante ou funcional.

3. Da gramática científica à pedagógica: percursos

No processo de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, assume máxima importância a segunda parte do *continuum* acima apresentado das três acepções centrais de "gramática". É na passagem da gramática científica, por intermédio da gramática pedagógica, à gramática formalmente adquirida (ou a de aprendizagem de Besse & Porquier,

³¹ Elas devem explicar os conceitos normativos básicos da gramática para qualquer usuário de uma língua, de modo tão compreensível quanto possível, de forma que ele possa aplicá-los facilmente em todos os textos.

³² A reivindicação (por uma gramática didática ou pedagógica para o ensino de Alemão como língua estrangeira) restringiu-se a melhorar a visualização e a eficácia da explicitação gramatical nos livros didáticos, o que levou essa área a um crescimento em abrangência e importância.

1984; os sistemas aproximados de Nemser, 1971; a competência transitória, em Corder 1967; a interlíngua de Selinker, 1972), perpassando um processo de conscientização e explicitação gramatical, seguido da execução do aprendido, mediado pela figura do professor e o emprego de materiais didáticos, que centro minhas reflexões. A gramática, dentro dos moldes dessa concepção, constitui uma descrição de um pre-existente "conjunto de regras capaz de permitir ao aluno generalizações, e a reutilização em novos contextos" (JOVANOVIĆ, 1986, p. 145). Essa reutilização dependeria da formação daquilo a que Neuner *et al.* (2009, p. 74, *passim*) aludem como sendo, de um lado, uma *Verstehensgrammatik*³³, de contorno passivo e referente às formas e estruturas assimiladas pelos alunos com vistas ao seu reconhecimento quando encontradas em textos ou outras amostras autênticas de discurso na língua aprendida ou para "consultas mentais" às informações salvas (*Referenzgrammatik*, *Identifikationsgrammatik* ou *Wiedererkennensgrammatik*³⁴) e, de outro, uma *Mitteilungsgrammatik*³⁵, um conjunto de recursos linguísticos de índole gramatical assimilados pelo aprendiz e aos quais recorre para expressar-se.

Como afirmam Spannhake & Bogacz-Gross (2008, p. 244), "*während die Grammatik in der Diskussion in der 70er Jahre zunächst zurücktritt, hat sie in den neueren Lehrwerken durchaus wieder Konjunktur. Dennoch wird sie in nur mehr dienender Funktion gesehen*" (negrito meu). Assim, a questão de uma suposta gramática funcional (ou da funcionalidade da gramática) não se origina em fenômenos de índole gramatical, senão na adoção de preceitos pragmatolinguísticos para o ensino de gramática a partir das propostas da abordagem comunicativa.

4. Conclusão

Uma análise crítica da literatura especializada acerca dos muitos sentidos atribuídos ao vocábulo "gramática" levou-me à proposta de estabelecimento de três significados principais para o termo: (1) a gramática *a priori* ou propriamente dita – um sistema de regras interiorizado pelos falantes de uma língua natural; (2) as gramáticas científicas, linguísticas ou descrições gramaticais da gramática propriamente dita (às quais

³³ Gramática "de/para a compreensão" (ou passiva).

³⁴ Gramática de referência, de identificação e de reconhecimento,

³⁵ Gramática(s) de comunicação/informação.

podem-se ou não haver atribuído, em determinados contextos históricos e socioculturais, características extralinguísticas como prescritividade e normatividade); e (3) a gramática formalmente adquirida, de apropriação consciente ou "do aluno". O transpasso entre a gramática (2) e a gramática (3) dar-se-ia por meio das "gramáticas didáticas ou pedagógicas", como são comumente denominados os processos de filtragem didática das gramáticas científicas. Dada a inexistência de modelos teóricos de descrição gramatical elaborados expressamente com vistas à sua aplicação em contextos de ensino/aprendizagem comunicativo ou funcional de línguas (NICKEL, 1993), cabe aos componentes ativos do processo de filtragem pedagógica (a saber, autores de livros didáticos e, sobretudo, aos professores), a idealização e condução de suas próprias gramáticas pedagógicas ou pedagogizações gramaticais, tendo em vista seu conhecimento ímpar acerca das características e necessidades próprias de seus aprendizes e necessariamente munidos de vastos saberes, adquiridos e renovados através de processos de formação contínua e da prática profissional, advindos das distintas disciplinas envolvidas neste processo. E é somente por meio da boa condução desse processo que a aura de mistério associada ao termo "gramática" poderá ser substituída, junto aos aprendizes, por um sentimento de segurança ao dominar instrumentos de vasta aplicação e serventia em contextos comunicativos de natureza vária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BATSTONE, R. Product and process: Grammar in the second language classroom. In: BYGATE, M. et alii. (Orgs.) *Grammar and the language teacher*. London: Prentice Hall, 1994, p. 224-236.

BECHARA, E. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1998.

BESSE, H.; R. PORQUIER. *Grammaire et didactique des langues*. Paris: Hatier, 1984.

BLOOMFIELD, L. *An introduction to the study of language*. New York: Henry Hold and Company, 1914.

CHAPMAN, S.; C. ROUTLEDGE (Orgs.). *Key ideas in the Linguistics and the Philosophy of Language*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

- CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. Berlin/New York: de Gruyter, 2002.
- CORDER, S. P. The significance of learner's errors. *IRAL*, 4, 1967, p. 161-170.
- COSERIU, E. *Introducción a la lingüística*. Madrid: Centro de Lingüística Hispánica, 1986.
- COSTA, L. Gramática: variações sobre um tema. In: AZAMBUJA, J. (Org.) *O ensino de língua portuguesa para o segundo grau*. Uberlândia: UFU, 1996.
- CRYSTAL, D. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. *The fight for English. How language pundits ate, shot, and left*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FARACO & MOURA. *Gramática*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- FLIEGNER, J. *Grammatik verstehen und gebrauchen*. Frankfurt/Main: Scriptor, 1986.
- FUNK, H.; KOENIG, M. *Grammatik lehren und lernen*; Fernstudieneinheit 1 des Fernstudienprojekts zur Fort- und Weiterbildung im Bereich Germanistik und Deutsch als Fremdsprache. Berlin/München/Wien/ Zürich/New York: Langenscheidt, 1991.
- GERMAIN, C.; H. SEGUIN. *Le point sur la grammaire*. Paris: Clé International, 1998.
- GLABONIAT, M. *et alii. Profile Deutsch. A1 – C2*. CD-Rom plus Belegbuch. Berlin: Langenscheidt, 2001.
- GNUTZMANN, C. Das geht doch nicht, oder? – Grammatik für Lehrende. In: BÖRNER, W.; VOGEL, K. *Grammatik lehren und lernen. Didaktisch-methodische und unterrichtspraktische Aspekte*. Bochum: AKS-Verlag, 2001, p. 9-26.
- GÓMEZ TORREGO, L. *Gramática didáctica del español*. Madrid: SM, 1988.

HEIBIG, G. Wieviel Grammatik braucht der Mensch? In: HARDEN, T. (Org.). *Wieviel Grammatik braucht der Mensch?* München: Iudicium Verlag, 1993, p. 19-29.

HUFEISEIN, B.; NEUNER, G. *Angewandte Linguistik für den fremdsprachlichen Deutschunterricht*. Eine Einführung. Fernstudienreihe 16 des Fernstudienprojekts zur Fort- und Weiterbildung im Bereich Germanistik und Deutsch als Fremdsprache. Berlin/München/Wien/Zürich/New York: Langenscheidt, 1999.

JOVANOVIC, A. Ensino de línguas e o papel da gramática. *Revista da Faculdade de Educação*, ano 12, n. 1/2, jan./dez. 1986, p. 145-156.

JUNG, L. Fremdsprachenunterricht ohne Grammatik? Nein, danke! In: HARDEN, T.; CLÍONA, C. (Orgs.). *Wieviel Grammatik braucht der Mensch?* München: Iudicium, 1993, p. 65-90.

KRASHEN, S. D. *Second language acquisition and second language learning*. New York: Pergamon, 1981.

KRENN, W. Alles ist Grammatik. Ein Plädoyer für die Erweiterung des Grammatikbegriffs in der Didaktik Deutsch als Fremdsprache. In: PORTMANN-TSELIKAS et alii. (Orgs.). *Grammatik und Sprachaufmerksamkeit*. Innsbruck/Wien/München/Bozen: Studien Verlag, 2001.

LEECH, G. et alii. *English grammar for today*. Houndmills: Macmillan, 1982.

LEROY, M. *As grandes orientações da linguística moderna*. São Paulo: Cultrix, 1967.

LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. New York: Cambridge University Press, 1968.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

MOURA, M. D. et alii. Teoria da Gramática: tendências e perspectivas. *Revista Anpoll*, Vol. 1, N. 29. Campinas: Unicamp, 2010, p. 119-168.

NEMSER, W. Approximative systems of foreign language learners. *IRAL*, vol. IX, n. 2, 1971, p. 115-123.

NEVES, M. H. M. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2002.

NICKEL, H. Scientific Grammar (SG) vs. Pedagogical Grammar (PG). In: HARDEN, T. (Org.) *Wieviel Grammatik braucht der Mensch?* München: Iudicium Verlag, 1993, p. 47-55.

ODLIN, T. Introduction. In: _____. *Perspectives on pedagogical grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

PERINI, M. A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 2000.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola?* Campinas: Mercado de Letras, 1996.

REICHER, M. E. *Skriptum zur Vorlesung Einführung in die Sprachphilosophie*. Manuscrito não publicado. Universidade de Graz. Disponível em: <<http://www.uni-graz.at/maria.reicher/sprachphilosophieskriptum.pdf>>. Acesso em: 15-02-2011.

ROULET, E. *Teorias linguísticas, gramática e ensino de línguas*. São Paulo: Pioneira, 1972.

SÁNCHEZ PÉREZ, A. *Hacia un método integral en la enseñanza de idiomas*. Madrid: Sociedad General Española de Librería. 1993.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1967.

SELINKER, L. Interlanguage. *International Review of Applied Linguistics*, 10, 1972, p. 209-241.

SMITH, F. *Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler*. Porto Alegre: Artmed, 1989.

SPANNHAKE, B.; BOGACZ-GROB, A. Grammatik im DaZ-Unterricht. In: KAUFMANN, S. et alii. (Orgs.). *Fortbildung für Kursleitende Deutsch als Zweitsprache*. Band 2. Didaktik. Methodik. Ismaning: Hueber Verlag, 2008.

STEINING, W; HUNEKE, H. W. *Sprachdidaktik Deutsch; Eine Einführung*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 2007.

TAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 2001.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas, 2001.